



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	37
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	38
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	39
BALANÇOS PATRIMONIAIS	40
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	42
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	43
NOTAS EXPLICATIVAS	44
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	108
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	109
PARECER DO CONSELHO FISCAL	110
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	111

DESTAQUES (R\$ MM) 4T24	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Margem Bruta s/VNR	688	774	(11%)	2.881	2.868	0%
EBITDA	593	623	(5%)	2.412	2.347	3%
EBITDA Caixa	487	577	(16%)	2.135	2.151	(1%)
Resultado Financeiro	(205)	(155)	32%	(699)	(625)	12%
Lucro Líquido	195	283	(31%)	915	971	(6%)
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	5.762	5.628	2,4%	22.472	21.023	6,9%
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativa + Livre + GD)	5.347	5.137	4,1%	20.829	19.292	8,0%
Número de Clientes (mil)	2.979	2.928	1,7%			
DEC anualizado (horas)	6,45	7,33	(12,0%)			
FEC anualizado (interrupções)	3,49	3,73	(6,4%)			
Perdas de Distribuição (%)	6,77%	7,92%	(1,15 p.p.)			
Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2024	2023	Variação			
Dívida Líquida ² / EBITDA ³	2,60	2,01	0,59			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA				



⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

⁽³⁾ EBITDA 12 meses

Destaques Financeiros e Operacionais:

- Energia injetada total, incluindo GD, de 5.762 GWh no 4T24 (+2,4% vs. 4T23) e de 22.472 GWh em 2024 (+6,9% vs. 2023).
- EBITDA de R\$ 593 milhões no trimestre (-5% vs. 4T23) e de R\$ 2.412 milhões em 2024 (+3% vs. 2023).
- R\$ 1.018 milhões de Capex em 2024, maior parte dedicada à expansão da rede.
- Perdas totais 12 meses de 6,77% no 4T24 abaixo do limite regulatório de 7,72%.
- Taxa de arrecadação de 98,57%, melhora de +1,65 p.p. em relação ao 3T24.
- DEC de 6,45h (abaixo do regulatório de 7,73h) e FEC de 3,49x (abaixo do regulatório de 5,68x).

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2024 foi marcado pela consolidação da estratégia da Neoenergia Elektro, na busca da inovação e melhoria contínua de todos os processos, colocando nossos clientes no centro de nossas ações. Acreditar na força de nosso time de colaboradores, sobretudo valorizando a família e o nosso ambiente de trabalho, promovendo a diversidade de pensamentos, resultou em um ano de superação e muitas conquistas.

Neste ano, realizamos 127.960 mil novas ligações, superando a destacada marca de 3,0 milhões de clientes, distribuídos em 228 municípios em nossa área de concessão, sendo 223 municípios no Estado de São Paulo e outros 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 2024, o ano com maior investimento em expansão de nossa história, foram construídos 1.018 quilômetros de rede, atendendo os pedidos de nossos clientes.

As mudanças climáticas que trouxeram eventos extremos para a região sudeste nos anos de 2023 e 2024, exigiram a rápida resposta de toda a nossa organização, que inovou e promoveu mudanças de processos, para melhorar os níveis de qualidade para os nossos clientes. Desta forma, concluímos o ano de 2024 com os melhores indicadores de qualidade de fornecimento de nossa história, mesmo em situações tão adversas, o indicador de continuidade de energia DEC atingiu o valor de 6,45 horas, melhorando em 12% (em 2023 o valor foi de 7,33), e o indicador de frequência FEC atingiu o valor de 3,49, melhorando em 6% (em 2023 o valor foi de 3,73).

Evoluímos na qualidade e mantivemos nosso compromisso com a eficiência, mantendo nossas ações no combate às perdas de energia elétrica. Estas ações, geraram a recuperação de 60 GWh de energia, que representa uma quantidade suficiente para garantir o consumo de uma cidade como a de Votuporanga, com 100 mil habitantes, por 3 meses.

Os investimentos totais, também foram o maior de nossa história, com aproximadamente R\$ 1.018 milhões, para expansão, melhoria e manutenção dos nossos sistemas elétricos, garantindo o atendimento para 100% de nosso mercado.

De acordo com a nossa estratégia, além dos relevantes investimentos históricos, mantivemos o controle das despesas, atingindo um lucro líquido de R\$ 915 milhões e EBITDA recorde de R\$ 2.412 milhões.

Não foram somente o atingimento de resultados históricos que marcaram o ano de 2024, também fomos reconhecidos na pesquisa GPTW (Great Place to Work) como o melhor lugar para se trabalhar no interior do Estado de São Paulo, obtendo o primeiro lugar na classificação paulista. Esta conquista é fruto do reforço do nosso propósito de valorizar as pessoas, melhorando a vida das famílias e dos nossos colaboradores.

Nossa dedicação e paixão pelo que fazemos levou a Neoenergia Elektro a também ser reconhecida pelo prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) como a melhor distribuidora em Qualidade da Gestão e umas das melhores empresas de distribuição do setor elétrico reconhecida no Prêmio de Inovação.

Mais uma vez, faço um agradecimento especial para todos os nossos colaboradores e suas famílias, pela dedicação, luta e paixão pelo seu trabalho durante o ano de 2024, com novos resultados históricos. Renovamos nossas forças e manteremos nosso propósito em 2025 de continuar a construir uma empresa mais humana e diversa, com o compromisso de melhoria dos resultados com segurança, qualidade e eficiência.

Antonio Sergio Casanova

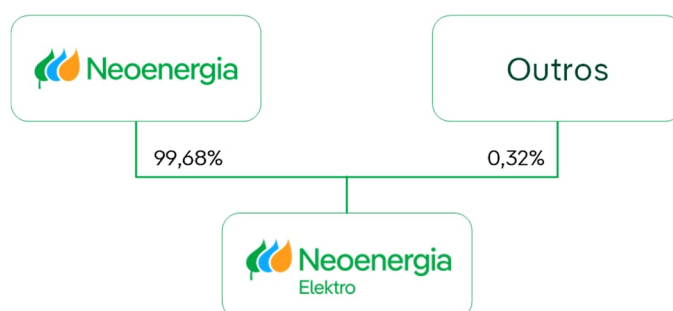
Diretor-presidente da Neoenergia Elektro

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Elektro, com sede no município de Campinas, em São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica que atende 228 municípios, sendo 223 em São Paulo e 5 no Mato Grosso do Sul.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Neoenergia Elektro era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais.

No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários. Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho aquecido, levando o Federal Reserve (FED) a adiar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%.

No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%. Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano.

No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de alta dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (-21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020.

Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do teto da meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%.

O índice Ibovespa encerrou 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em 27 de agosto de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Elektro. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 27 de agosto, com efeito médio de -5,64%, sendo -5,60% para a baixa tensão e -5,72% para clientes da alta e média tensão.

A Parcela A teve valor fixado em R\$ 6.628 milhões, apresentando variação no período de -4,87%, contribuindo com o índice final com -3,42%. Os componentes financeiros participaram no índice final com -2,43%. A Parcela B atingiu R\$ 2.977 milhões, com variação no período de 0,69% em relação a verificada nos últimos 12 meses, reflexo da inflação acumulada (IGP-M), de 3,82%, deduzida do Fator X, de 3,13%, contribuindo para o índice final com 0,21%.

3.2. Principais discussões tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

O Despacho ANEEL nº 894, de 21/03/24, publicou os valores de Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos tarifários a partir de 1º/03/24 a 28/02/25. No entanto, em 25 de abril, houve uma retificação, através do Despacho ANEEL nº 1.296/2024, dos valores apurados relacionados ao WACC. A taxa real depois dos impostos aplicado às distribuidoras foi de 7,72%, enquanto em 2023 era de 7,42%; para as transmissoras e geradoras foi de 7,56%, enquanto em 2023 era de 7,26%.

Renovação da Concessão das Distribuidoras

Em 22/06/23, o Ministério de Minas Energia abriu a Consulta Pública 152/2023, que trata da proposta inicial do governo federal para o processo de renovação das concessões das distribuidoras que tem seus vencimentos entre 2025 e 2031, período que contempla a renovação de 4 das 5 distribuidoras da Neoenergia (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro).

Após as contribuições recebidas pela consulta pública, o Ministério de Energia (MME) divulgou em 15 de setembro a Nota Técnica 19/2023, com diretrizes atualizadas sobre as renovações das concessões, com posição favorável às manifestações das distribuidoras, visto que considerou como inadequadas as propostas iniciais da cobrança de potenciais excedentes econômicos e da utilização dos benefícios da SUDAM/SUDENE para contrapartida social.

Em janeiro de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu decisão, que possibilita o MME a prosseguir com os processos de renovação das concessões das distribuidoras. O TCU avaliou que a motivação do MME atende ao interesse público, a economicidade, a eficiência e a eficácia. Adicionalmente, sugeriu que a renovação fosse analisada de forma individual.

Em 20 junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual.

Em 16 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, o prazo de envio de contribuição se encerrou em 02/12/24, e como próximos passos, espera-se o resultado desta consulta com a publicação do termo aditivo pela ANEEL.

Marco Legal Geração Distribuída

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/22, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica, no âmbito da regra de transição disposta no art. 27 da Lei nº 14.300/2022 (marco legal MMGD).

Publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/23, que regulamenta a Lei 14.300/2022, considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

Em maio de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.094/2024 com regulamentação dos artigos 21 e 24 da Lei nº 14.300/2022, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes decorrentes do regime de microgeração e minigeração distribuídas. Esse tema foi debatido por meio da Consulta Pública nº 31/2022 e, segundo decisão da agência, o cálculo da sobrecontratação involuntária ocorrerá para as sobras de energia apuradas a partir de 2022, abrangendo todas as instalações de MMGD existentes. Na regulamentação do art. 24, estabeleceu-se as regras para que consumidores com MMGD possam vender energia para a distribuidora. De forma bem resumida, a distribuidora pode fazer uma chamada específica para esses geradores, informando-a para os consumidores cadastrados. Para fazer a venda, eles devem fazer adesão à CCEE, e estão sujeitos a um preço máximo.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou o 4T24 com 2.979 mil consumidores, incremento de 51 mil novos consumidores em relação ao 4T23 (+1,7%).

			Participação no Total %		2024 x 2023	
Número de Consumidores (milhares)	2024	2023	2024	2023	Dif.	%
Residencial	2.589	2.541	86,9%	86,8%	48	1,9%
Industrial	19	20	0,6%	0,7%	(1)	(5,0%)
Comercial	211	209	7,1%	7,1%	2	1,0%
Rural	126	126	4,2%	4,3%	-	-
Outros	34	32	1,1%	1,1%	2	6,3%
Total	2.979	2.928	100%	100%	51	1,7%

4.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída total (cativo + livre + GD) foi de 5.347 GWh no 4T24 (+4,1% vs. 4T23) em razão do aumento da base de clientes (+1,7%) e de 20.829 GWh em 2024 (+8,0% vs. 2023). Vale destacar que Neoenergia Elektro teve seu mercado de referência ajustado na revisão tarifária de 2023, de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

Os valores de energia distribuída por tipo de cliente e mercado são apresentados nas tabelas abaixo:

			4T24 x 4T23		Participação no Total %				2024 x 2023		Participação no Total %	
Energia Distribuída (GWh)	4T24	4T23	Dif.	%	4T24	4T23	2024	2023	Dif.	%	2024	2023
Residencial	1.388	1.424	(36)	(2,5%)	55,2%	51,9%	5.564	5.276	288	5,5%	53,8%	50,9%
Industrial	146	233	(87)	(37,3%)	5,8%	8,5%	714	960	(246)	(25,6%)	6,9%	9,3%
Comercial	471	545	(74)	(13,6%)	18,7%	19,8%	1.975	2.052	(77)	(3,8%)	19,1%	19,8%
Rural	205	215	(10)	(4,7%)	8,1%	7,9%	865	812	53	6,5%	8,4%	7,8%
Outros	306	327	(21)	(6,4%)	12,2%	11,9%	1.225	1.268	(43)	(3,4%)	11,8%	12,2%
Total Energia Distribuída (Cativa)	2.516	2.745	(229)	(8,3%)	47%	53%	10.343	10.368	(25)	(0,2%)	50%	54%
Industrial	1.983	1.772	211	11,9%	37,1%	34,5%	7.482	6.710	772	11,5%	35,9%	34,8%
Comercial	313	258	55	21,3%	5,9%	5,0%	1.186	998	188	18,8%	5,7%	5,2%
Rural	69	48	21	43,8%	1,3%	0,9%	239	163	76	46,6%	1,1%	0,8%
Outros	183	117	66	56,4%	3,4%	2,3%	639	434	205	47,2%	3,1%	2,2%
Mercado Livre	2.549	2.195	354	16,1%	47,7%	42,7%	9.546	8.305	1.241	14,9%	45,8%	43,0%
Residencial	1.388	1.424	(36)	(2,5%)	26,0%	27,7%	5.564	5.276	288	5,5%	26,7%	27,3%
Industrial	2.129	2.005	124	6,2%	39,8%	39,0%	8.195	7.671	524	6,8%	39,3%	39,8%
Comercial	784	803	(19)	(2,4%)	14,7%	15,6%	3.161	3.050	111	3,6%	15,2%	15,8%
Rural	274	264	10	3,8%	5,1%	5,1%	1.104	975	129	13,2%	5,3%	5,1%
Outros	489	444	45	10,1%	9,2%	8,6%	1.864	1.702	162	9,5%	8,9%	8,8%
Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)	5.065	4.940	125	2,5%	95%	96%	19.889	18.673	1.216	6,5%	95%	97%
Energia de compensação GD	282	197	85	43,1%	5,3%	3,8%	941	619	322	52,0%	4,5%	3,2%
Total Energia Distribuída (cativa + livre + GD)	5.347	5.137	210	4,1%	100%	100%	20.829	19.292	1.537	8,0%	100%	100%

O consumo residencial apresentou queda de 2,5% no 4T24 vs. 4T23, em razão das menores temperaturas no período. Já em 2024, este segmento registrou aumento de 5,5% vs. 2023, influenciado, sobretudo, por temperaturas superiores no 1S24, além do crescimento da base de clientes e da geração distribuída.

O consumo da classe industrial cativa mais livre apresentou crescimento de 6,2% no 4T24 vs. 4T23 e de 6,8% em 2024 vs. 2023, principalmente, pelo bom desempenho dos setores de minerais, de alimentos e de embalagem/plástico.

A classe comercial cativa mais livre apresentou queda de 2,4% no 4T24 vs. 4T23, principalmente por menores temperaturas no período e crescimento de 3,6% em 2024 vs. 2023, influenciada pelas maiores temperaturas no início do ano, além do menor volume de chuvas.

A classe rural cativa mais livre registrou incremento de 3,8% no 4T24 vs. 4T23 e de 13,2% em 2024 vs. 2023, devido a maior demanda por irrigação, dado o volume inferior de chuvas em relação ao ano anterior.

As outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio) cativo mais livre apresentaram crescimento de 10,1% no 4T24 vs. 4T23 e 9,5% em 2024 vs. 2023, com destaque para o maior consumo do Serviço Público.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada total, incluindo GD, atingiu o patamar de 5.762 GWh no 4T24 (+2,4% vs. 4T23) e de 22.472 GWh em 2024 (+6,9% vs. 2023), por maior base de consumidores e crescimento da geração distribuída.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T24	4T23	4T24 x 4T23		2024	2023	2024 x 2023	
			Dif	%			Dif	%
								
Mercado Cativo	2.516	2.745	(229)	(8,3%)	10.343	10.368	(25)	(0,2%)
Mercado Livre + Suprimento	2.549	2.195	354	16,1%	9.546	8.305	1.241	14,9%
Energia Distribuída (A) ¹	5.065	4.940	125	2,5%	19.889	18.673	1.216	6,5%
Energia Perdida (B)	375	401	(26)	(6,5%)	1.503	1.441	62	4,3%
Não Faturado (C)	(27)	65	(92)	N/A	(58)	166	(224)	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	5.414	5.406	7	0,1%	21.334	20.280	1.054	5,2%
Energia Injetada pela GD (E)	348	222	126	56,8%	1.138	743	395	53,2%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	5.762	5.628	134	2,4%	22.472	21.023	1.449	6,9%

NOTA: ¹ Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

	Perdas totais 12 meses (%)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
	5,99%	5,93%	5,93%	5,94%	5,95%	1,93%	1,57%	1,82%	1,39%	0,82%	7,92%	7,50%	7,75%	7,33%	6,77%
Aneel 24															
	Perdas totais 12 meses (GWh)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
	1.215	1.229	1.255	1.267	1.270	392	326	386	297	175	1.607	1.555	1.640	1.563	1.445
Aneel 24															

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2024 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) Limite regulatório 12 meses.

A Neoenergia Elektro apresentou perdas totais 12 meses de 6,77% no 4T24, seguindo sua trajetória de queda e performando abaixo do seu limite regulatório, de 7,72%.

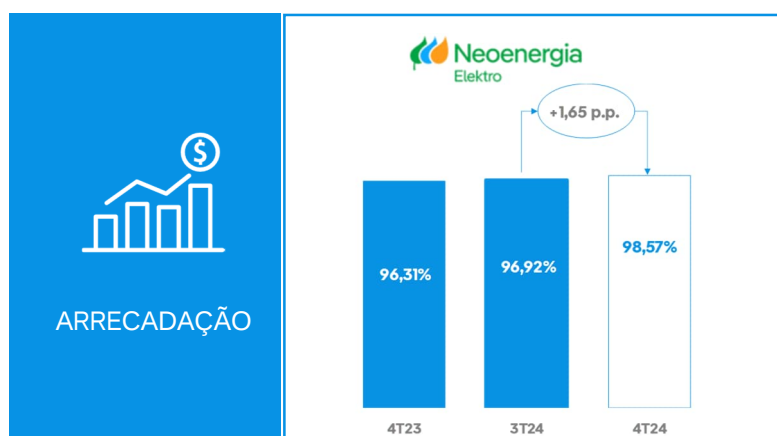
Em 2024 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas:

- (i) Realização de mais de 18 mil inspeções, recuperando mais de 53 GWh;
- (ii) Substituição de mais de 10 mil medidores obsoletos;
- (iii) Regularização em mais de 18 mil clandestinos, recuperando mais de 7 GWh;
- (iv) Realização ações de combate ao furto de energia com apoio policial.

4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo apresenta o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores.



A arrecadação no 4T24 foi de 98,57%, incremento de +1,65 p.p em relação ao 3T24, impulsionada pela melhora da inadimplência sobretudo do segmento industrial e poder público em razão da aceleração das ações de cobrança, além de negociações significativas com grandes clientes.

PECLD/ ROB		4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Limite Regulatório 4T24	2024	Limite Regulatório 2024
	ROB	3.171	3.207	2.968	2.857	3.062	3.062	12.094	12.094
	PECLD	36	31	26	28	32	19	117	74
	Inadimplência	1,15%	0,97%	0,88%	0,96%	1,04%	0,62%	0,96%	0,61%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.

O indicador PECLD/ROB no 4T24 foi de 1,04%, acima do limite regulatório de 0,62%.

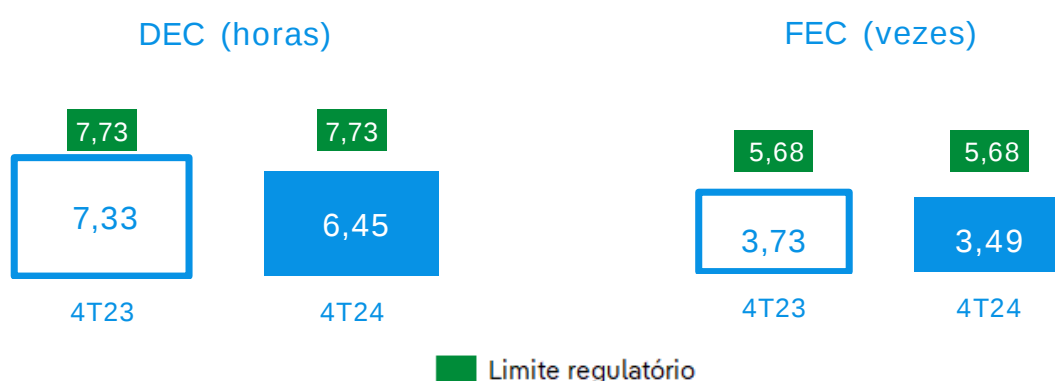
No 4T24 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e consequentemente melhorar a arrecadação:

- (i) 96 mil negativações;
- (ii) 112 mil notificações de cobranças por Whatsapp;
- (iii) Realização de 71 mil suspensões de fornecimento;
- (iv) 1,4 milhão de cobranças terceirizadas através das assessorias de cobrança;
- (v) Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público;

- (vi) Utilização de novas tecnologias possibilitando pagamento das faturas de energia por meio do cartão;
- (vii) Negociações para 65 mil consumidores através da plataforma digital.

4.6. DEC e FEC (12 meses)

As melhorias nos resultados do DEC e FEC, que permitiram à Neoenergia Elektro superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão com revisão de processos como em investimentos no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.



NOTA: Indicadores 12 meses sem supridora. Devido ao fato do prazo de apuração dos indicadores de qualidade ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.290	2.216	74	3%	8.844	8.325	519	6%
Custos Com Energia	(1.602)	(1.442)	(160)	11%	(5.963)	(5.457)	(506)	9%
Margem Bruta s/ VNR	688	774	(86)	(11%)	2.881	2.868	13	0%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	106	46	60	130%	277	196	81	41%
Margem Bruta	794	820	(26)	(3%)	3.158	3.064	94	3%
Despesa Operacional	(169)	(161)	(8)	5%	(629)	(601)	(28)	5%
PECLD	(32)	(36)	4	(11%)	(117)	(116)	(1)	1%
EBITDA	593	623	(30)	(5%)	2.412	2.347	65	3%
Depreciação	(102)	(94)	(8)	9%	(388)	(363)	(25)	7%
Resultado Financeiro	(205)	(155)	(50)	32%	(699)	(625)	(74)	12%
IRCS	(91)	(91)	-	-	(410)	(388)	(22)	6%
LUCRO LÍQUIDO	195	283	(88)	(31%)	915	971	(56)	(6%)

A Neoenergia Elektro apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 688 milhões no 4T24 (-11% vs. 4T23) e de R\$ 2.881 milhões em 2024, em linha com 2023. Maiores volumes e a variação positiva da parcela B de +0,69% no reajuste de agosto/24 compensaram a variação negativa da parcela B de -3,9% da revisão tarifária de agosto/23.

A margem bruta foi de R\$ 794 milhões no 4T24 (-3% vs. 4T23) e de R\$ 3.158 milhões em 2024 (+3% vs. 2023), impulsionada pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 169 milhões no 4T24 (+5% vs. 4T23) e R\$ 629 milhões em 2024 (+5% vs. 2023), em linha com inflação.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 32 milhões (-11% vs. 4T23), devido ao impacto pontual negativo da recuperação judicial de grandes clientes na ordem de R\$ 3 milhões e pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal no 4T23. Em 2024, a PECLD foi de R\$ 117 milhões, em linha com 2023.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 593 milhões no trimestre (-5% vs. 4T23) e de R\$ 2.412 milhões em 2024 (+3% vs. 2023). Já o EBITDA Caixa (ex- VNR) no 4T24 foi de R\$ 487 milhões (-16% vs. 4T23) e em 2024 foi de R\$ 2.135 milhões, em linha com 2023.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 205 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 155 milhões no 4T23) e de -R\$ 699 milhões em 2024 (vs. -R\$ 625 milhões em 2023), em virtude do aumento nos encargos de dívida devido ao maior saldo médio e maior inflação.

O Lucro Líquido foi de R\$ 195 milhões no 4T24, -31% vs. 4T23, e de R\$ 915 milhões em 2024, -6% vs. 2023.

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	195	283	(88)	(31%)	915	971	(56)	(6%)
Despesas financeiras (B)	(232)	(182)	(50)	27%	(829)	(720)	(109)	15%
Receitas financeiras (C)	40	43	(3)	(7%)	179	166	13	8%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(13)	(16)	3	(19%)	(49)	(71)	22	(31%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(91)	(91)	-	-	(410)	(388)	(22)	6%
Depreciação e Amortização (F)	(102)	(94)	(8)	9%	(388)	(363)	(25)	7%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	593	623	(30)	(5%)	2.412	2.347	65	3%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	22	22	-	-	96	82	14	17%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(202)	(153)	(49)	32%	(707)	(632)	(75)	12%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(25)	(24)	(1)	4%	(88)	(75)	(13)	17%
Juros, comissões e acréscimo moratório	19	22	(3)	(14%)	87	87	-	-
Variações monetárias e cambiais - outros	1	2	(1)	(50%)	-	3	(3)	(100%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(4)	-	(4)	-	(21)	(19)	(2)	11%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(7)	(9)	2	(22%)	(30)	(33)	3	(9%)
Obrigações pós emprego	-	(5)	5	(100%)	(8)	(10)	2	(20%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(34)	(34)	-	-	(116)	(103)	(13)	13%
Total	(205)	(155)	(50)	32%	(699)	(625)	(74)	12%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 205 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 155 milhões no 4T23) e de -R\$ 699 milhões em 2024 (vs. -R\$ 625 milhões em 2023), explicado, majoritariamente, pelo aumento nos encargos da dívida, devido à elevação do IPCA no período (26% do endividamento da companhia está atrelado a este indexador) e aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para investimentos, visando atender a expansão do mercado.

6. INVESTIMENTOS

Em 2024, a Neoenergia Elektro realizou Capex de R\$ 1.018 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede, conforme tabela abaixo:

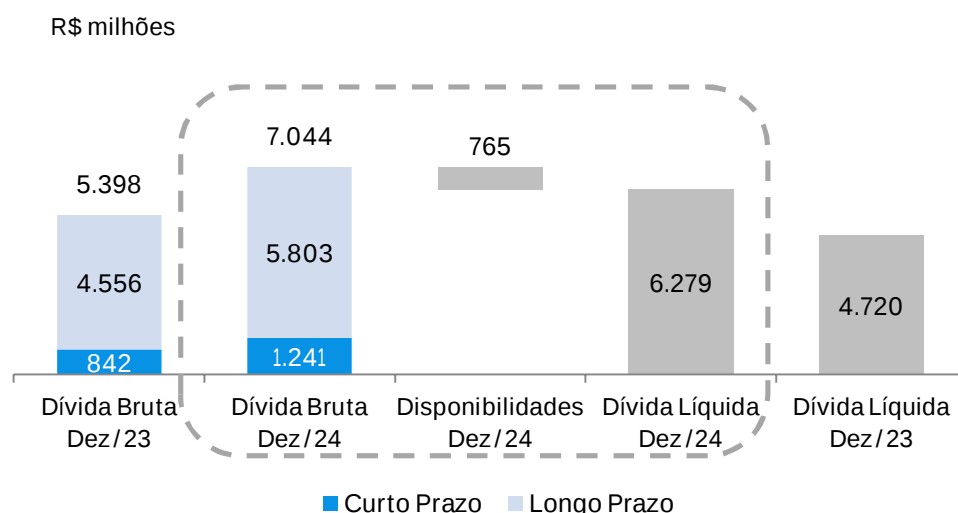
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)		Neoenergia Elektro	
	4T24	2024	
Expansão de Rede	(186)	(627)	57%
Novas Ligações	(107)	(397)	
Novas SE's e RD's	(79)	(229)	
Renovação de Ativos	(60)	(187)	18%
Melhoria da Rede	(35)	(114)	11%
Perdas e Inadimplência	(2)	(11)	1%
Outros	(49)	(120)	12%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(8)	(5)	
(=) Investimento Bruto	(339)	(1.065)	
SUBVENÇÕES	14	42	
(=) Investimento Líquido	(325)	(1.023)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	8	5	
(=) CAPEX	(317)	(1.018)	
Base de Anuidade Regulatória	(49)	(120)	11%
Base de Remuneração Regulatória	(283)	(940)	89%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

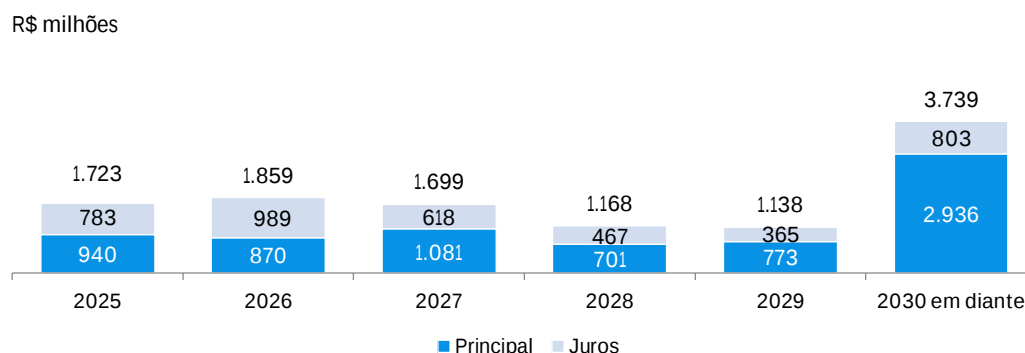
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida líquida da Neoenergia Elektro, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 6.279 milhões (dívida bruta de R\$ 7.044 milhões), apresentando um crescimento de 33% (R\$ 1.559 milhões) em relação a dezembro de 2023. Em relação a segregação do saldo devedor, 82% da dívida está contabilizada no longo prazo e 18% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024.



8. RATING

Em 27 de março de 2024, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em “BB” na Escala Global e ‘brAAA` na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

Resolução ANEEL nº 1.000/2021 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583.

				
Número de Consumidores (milhares)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	
			Dif.	%
Convencional	2.327	2.246	81	3,6%
Baixa Renda	262	295	(33)	(11,2%)
Total	2.589	2.541	48	1,9%

9.2. Práticas de Gestão

9.2.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Elektro possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>).

Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos de R\$ 419.265 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 12/04/2024 e pagos em 22/05/2024;
- (ii) Dividendos relativos à reserva de lucros de exercícios anteriores de R\$ 500.000 mil, deliberados Assembleia Geral Ordinária de 12/04/2024 e pagos em 22/05/2024;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 37.771 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/03/2024 e pagos em 26/08/2024;
- (iv) Dividendos de R\$ 270.376 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 24/04/2024 e pagos em 26/08/2024;
- (v) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 22.657 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/06/2024 e pagos em 26/08/2024;

- (vi) Dividendos Intermediários de R\$ 430.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 22/07/2024 e pagos em 26/08/2024;
- (vii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 19.416 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 25/09/2024 e pagos em 20/12/2024;
- (viii) Dividendos Intermediários de R\$ 209.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 21/10/2024 e pagos em 20/12/2024;
- (ix) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 20.890 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18/12/2024 e com previsão de pagamento até 31/12/2025.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

9.2.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, permitindo o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Elektro reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente, se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizado.

Conselho de Administração

Integrado por seis representantes titulares, sendo um membro independente, e um suplente, todos com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou secretário.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente ou em reuniões extraordinárias sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente uma vez por mês ou sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

9.2.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.

Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;

- Vilarejos Junt+s: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTFobia no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
- Escola de Eletricistas: iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
- Potencialize: programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;
- Herenergy: programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;
- Formação administrativa de pessoas com deficiência: programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;
- Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Além das ações previstas no cronograma anual do voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1.194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R\$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R\$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia.

Algumas ações de 2024 que foram destaques:

- Eu cuido do meu quadrado: os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo das ruas;
- Ensinando Profissões: palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficiadas;
- Operação quilo: doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficiadas;
- Árvore da Solidariedade: a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;

Gincana da Solidariedade: nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantém, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG		Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta
E	Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
	Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
	Eletificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%	50%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5	10
	Avaliação de Biodiversidade	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
S	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	33%	31%	35%
	Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	32%	33%	40%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	50%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	10%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
	Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	4.208	3.700	4.700
	Segurança (ISO 45001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	58%	50%	60%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,28	<0,43	<0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	96	67	70
	Cientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,2%	95,1%	95,1%
	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	15	22	NA
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	649	280	412
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,18	9,29	8,44
	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	100%	>90%	>90%
	Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	90%	>80%	>85%
	Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓	✓
	Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos	✓	✓	✓
	Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	522	316	316
Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	13.152	11.500	13.100	
G	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
	Práticas de Governança Corporativa	Manter as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
	Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✓	✓	✓
F	Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓	✓
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	85%	>60%	>75%

Durante o ano, a Neoenergia manteve seu compromisso com a geração de energia limpa e sustentável. A empresa anunciou a criação de uma joint venture com a espanhola Carbon2Nature para desenvolver projetos de geração e comercialização de créditos de carbono, que focará em projetos de reflorestamento de áreas desmatadas, manejo florestal e reabilitação de manguezais, com o objetivo de capturar mais de 10 milhões de toneladas de CO₂ nos próximos anos, por meio da criação da Carbon2Nature Brasil.

No arquipélago de Fernando de Noronha, foi concluída a terceira usina solar na Ilha, com um sistema de armazenamento de energia de 100 kW/215 kWh. A ilha também recebeu 14 veículos elétricos, incluindo o primeiro buggy 100% elétrico fabricado no Brasil. A energia gerada nas usinas será utilizada para abastecimento dos veículos e, o excedente, será injetado na rede de distribuição, ampliando o uso de fontes renováveis pelos consumidores locais. As ações fazem parte do projeto Trilha Verde, que compõe o Programa Energia Sustentável Noronha.

Buscando desenvolver soluções para geração de energia limpa e sustentável foi instalado, no litoral norte do Rio de Janeiro, o sistema flutuante LiDAR, pioneiro no Brasil, para estudos de medição eólica offshore. O sensor, certificado internacionalmente, mede características do vento e do mar com alta precisão e confiabilidade.

No âmbito social, um dos destaques é o programa Potencialize para desenvolver talentos negros no setor elétrico. Inicialmente implementado na Neoenergia Coelba, o programa será expandido para todas as distribuidoras em 2025, com o objetivo de aumentar a diversidade e inclusão, promovendo a ascensão de profissionais negros a cargos de liderança.

Em 2024, também foi comemorada a marca de mais de mil mulheres formadas na Escola de Eletricistas da Neoenergia. A iniciativa estimula a geração de emprego e renda, além de contribuir para a equidade de gênero em uma carreira majoritariamente masculina. A Escola é pioneira no setor e reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho e à União Europeia. A Neoenergia também aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério das Mulheres, com o objetivo de transformar a cultura organizacional do país.

Em 2024 a Neoenergia recebeu o prêmio “Boas práticas” do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a colaboradoras vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elas Lideram 2030. O CEO, Eduardo Capelastegui também foi reconhecido com o prêmio de “CEO Elas lideram 2030” mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social.

Pelo quinto ano consecutivo, a empresa manteve-se na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permaneceu no The Sustainability Yearbook, da S&P e no CDP, com score A em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

10.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia da Neoenergia para garantir a sustentabilidade, a eficiência e a competitividade da empresa. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia todos os negócios e atividades que realizamos. Esse processo é intensificado pela diversidade de nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite a conciliação entre as atividades rotineiras e iniciativas de inovação. A partir da estratégia first to market, buscamos constantemente tecnologias emergentes que contribuam com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, a descarbonização da geração, a promoção de redes inteligentes e a eletrificação da demanda:

- Tecnologias disruptivas cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos.
- Novos produtos e serviços competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
- Digitalização e automação em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, *big data*, inteligência artificial, *machine learning* e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;
- Inovação com startups, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- Cultura de inovação e talento como base para os pilares de transformação da organização.

A governança da inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, que busca soluções promissoras para os nossos negócios e para o setor elétrico como um todo. Por meio dessa plataforma, realizamos em 2024 a segunda chamada do Programa Inovamos – Jornada Neoenergia de Criação de Valor, a qual recebeu mais de 900 ideias, das quais, mais de 270 se tornaram projetos que impulsionarão a nossa evolução contínua.

Em 2024, investimos um total de R\$ 186,1 milhões em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Este montante é constituído pelos investimentos em inovação realizados pelas áreas de negócio da Neoenergia e pelos investimentos no escopo do programa de PDI regulado pela Aneel, no qual destinamos anualmente 0,5% da receita operacional líquida (ROL) das nossas distribuidoras e 1% da ROL das nossas empresas de geração e transmissão, seguindo o que é estabelecido Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, e regulamentos do PDI Aneel.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação regulado pela Aneel reuniram, nos últimos anos, mais de 1,4 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, *startups* e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade – Multiprotocolos, em parceria com a Lactec. Esse centro de excelência é dedicado a testes em medidores digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.

Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de inovação do Brasil, tais quais o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com *startups*; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterrânea Hermética, que levou também prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godel Multilink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.

10.3. Educação e Cultura

Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos Lagoas, Canoas e Calango localizados nos estados de Rio Grande do Norte e da Paraíba, e da linha de transmissão Potiguar Sul, que cruza os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam os temas que formam a sigla do projeto. O Programa foi finalizado em 2024, porém estava em atividade desde 2020, com recursos do subcrédito social do BNDES e cuja execução parceira in loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local. Ao longo dos anos, o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas, e proporcionou a 70 jovens o acompanhamento de seus negócios rurais, incluindo acesso a microcrédito para impulsionar seus empreendimentos. Considerando pessoas impactadas indiretamente, temos 2.355 pessoas beneficiadas. Durante os quatro anos do Programa SER grandes marcos quantitativos são: 1.067 oficinas e capacitações realizadas e 58 construções / revitalizações da infraestrutura física local feitas.

O Programa Energizar decorre de uma parceria, desde 2023, com a Rede Muda Mundo, por meio de ações de investimento social privado, para beneficiar comunidades vulneráveis residentes no entorno dos empreendimentos da Neoenergia. Em 2024, inspirado no Programa SER, houve uma reformulação do escopo das ações, a fim de gerar benefícios mais estruturantes e com atividades permanentes ao longo do ano. O programa, anteriormente denominado Transforma Comunidade, foi então rebatizado de Programa Energizar. Durante 2024, foram realizados cursos e ações focados nos pilares do IDH em três em centros urbanos e três no interior dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de ações de saúde física e mental, cursos de alfabetização para mulheres em situação de vulnerabilidade, de redação para adolescentes como preparatório para o ENEM e de empreendedorismo variados. A iniciativa envolveu ativamente 648 beneficiados por meio dos 28 cursos e ações fornecidas.

A Neoenergia realizou sua 2ª edição do Programa Neoenergia Talentos do Futuro na Bahia, desta vez em parceria com a Rede Muda Mundo e o SENAI CIMATEC. Como diferencial desta 2ª edição, realizamos um Ideathon com um foco maior em solução de problemas sociais comuns à Neoenergia e seus clientes, buscando propostas de ação de melhoria em Eficiência Energética e Saúde e Segurança. O Programa contou com 31 estudantes universitários inscritos e 5 propostas de ideias apresentadas.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17.
- 4ª edição do Prêmio Inspirar, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 146 inscrições em 2024;

- Apoio a nove projetos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) em 2024: o terceiro projeto que integra o Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, requalificando 14 casas de cultura popular localizadas no interior do Rio Grande do Norte; a primeira edição do projeto Conectar Cultural, dirigido para grupos de cultura popular do Recôncavo Baiano; a formação de trabalhadores da cultura por meio da Caravana Energia da Cultura em diversos territórios da Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e São Paulo; a realização de piloto Interiorização Cultural na Bahia, apoiando os projetos Festival de Lençóis, Festival Siribação, João de Barro, Festival Caju de Leitores e Festival da Mocidade de Alagoinhas; e foi a primeira organização a participar do Programa Emergencial Rouanet RS, realizado em parceria com o Ministério da Cultura, patrocinando as atividades do Museu do Hip Hop como parte das ações de ajuda humanitária para reconstrução do estado.

Oficinas Culturais e Artísticas (OCA), desenvolvida com recursos do Programa de Ação Cultural, impactou cerca de 371 jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Ilha Solteira, Mongaguá e Votuporanga, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - design de moda e de produto, marcenaria e artesanato e produção audiovisual, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda.

10.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

Impactar positivamente a sociedade, criando um legado de sustentabilidade, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, é o principal objetivo do Instituto.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto “NAP” de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização da ação de educação patrimonial com escolas públicas, intervenção cultural e o projeto luminotécnico ecoeficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (*Western Hemisphere Shorebird Reserve Network*), trazendo um grande marco para a conservação e preservação dessas espécies. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do grupo Neoenergia tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O investimento total do PEE, em 2024, na Neoenergia Elektro foi de R\$ 36,3 milhões. Entre as ações que merecem destaque em 2024 estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 110 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 28,6 mil lâmpadas em 379 instituições dessas comunidades.
- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas mais de 19 toneladas de resíduos com desconto de mais de R\$ 12 mil na conta de energia elétrica de cerca de 700 consumidores a partir da operação de 20 máquinas da Retorne Machine e 2 pontos do Deixaki.
- Projetos educativos em escolas públicas, capacitando mais de mil professores e mais de 41 mil alunos de 388 unidades de ensino sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica.
- Projetos de Eficientização de 651 prédios públicos e assistenciais na área de concessão da distribuidora, a exemplo da Unicamp Limeira, campus da UNESP, Santas Casas de Misericórdias, AFA Pirassununga, unidades do TJ-SP e unidades da APAE de Araras, totalizando mais de 48 mil lâmpadas substituídas e instalação de 14 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 1,1 MWp.
- Projetos de Eficientização de Iluminação Pública em 20 municípios (Andradina, Angatuba, Anhembi, Artur Nogueira, Bananal, Bertioga, Cajati, Eldorado, Gastão Vidigal, Ilha Comprida, Ilhabela, Ipeúna, Macedônia, Monções, Nova Canaã Paulista, Pariqueira-Açu, Pereiras, Praia Grande, Santana da Ponte Pensa, Três Fronteiras) da área de concessão da Elektro, com a substituição de mais de 18,4 mil pontos de IP por tecnologia LED.
- Projeto Plataforma Consumo Consciente que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos para os negócios, meio ambiente e benefícios para os clientes.

Em 2024, foram investidos R\$ 45 milhões no Programa de PDI ANEEL. Seguem destaques dos projetos de PDI da Neoenergia Elektro:

No âmbito de Tecnologias para Redes Inteligentes, a Neoenergia, através do Programa de PDI, investe no desenvolvimento de soluções que melhoram a qualidade do fornecimento de energia e a redução de perdas técnicas e comerciais. Uma grande realização são os projetos de Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Redes Inteligentes, que deram origem à família de produtos GODEL. Este Programa Estruturante já incorporou novas tecnologias aos processos de negócios da empresa.

Dentre as tecnologias GODEL, destacam-se:

- GODEL Smart Sensor 34,5 kV, um sensor inteligente patenteado pela Neoenergia e licenciado para exploração comercial, que permite a identificação de faltas de energia e o monitoramento de perdas técnicas e não técnicas.
- GODEL MULTILINK concentrador de dados de medição que promove a transferência segura de informações entre os equipamentos do sistema elétrico e os sistemas da distribuidora.
- GODEL MEDIÇÃO padrão de comunicação entre os medidores inteligentes de energia.
- GODEL CONECTA sistema para determinação da capacidade de acomodação da geração distribuída nas redes de média e baixa tensão, com resposta imediata do ponto mais apropriado para a conexão solicitada, indicando ainda se há necessidade de obras de reforço.
- GODEL SMART SENSOR AT sistema de monitoramento de linhas de 69kV a 138kV constituído de sensores e respectivas unidades concentradoras e servidores de comunicação com software de gerenciamento, armazenamento e análise.

Com o objetivo de transformar a experiência do cliente, destaca-se o projeto Conexão Digital, que criou e integrou canais de atendimento que conectam e facilitam a vida dos clientes, oferecendo serviços digitais que proporcionam autonomia, facilidade e acessibilidade.

Com relação à Eficiência Operacional, destacamos os projetos de PDI que aprimoram os serviços de energia elétrica da Neoenergia para atendimento aos clientes. O projeto PDI ANEEL Previsão Climática, desenvolveu um algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de *machine learning*.

Ainda na vertente de Eficiência Operacional, destacam-se os seguintes projetos de PDI ANEEL:

- Lavagem de Isoladores, veículo com sistema inteligente para lavagem automatizada dos Isoladores das redes de distribuição.
- Torre de Emergência Móvel para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem) e inclui o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis.
- Veículos Aéreos não Tripulados (VANT), sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos da rede elétrica, utilizando veículos aéreos (drones) não tripulados e autocarregáveis.

Na vertente de Segurança, temos:

- Braço Robótico, em que foi desenvolvido equipamento para atividades de poda de árvores próximas às redes energizadas de até 46kV de forma robotizada e com operação remota, a fim de evitar acidentes elétricos.
- Smart Safety Eye, sistema com inteligência artificial que busca a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual.

Na vertente de Sustentabilidade, temos:

- Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia que inclui projetos para ampliar a infraestrutura de recarga de veículos elétricos e desenvolver novas soluções, como o Caminhão Elétrico, com sistema embarcado para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA NEOENERGIA ELEKTRO

As ações da Neoenergia Elektro são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos.

Prêmio Abradee 2024 - A Neoenergia Elektro ficou em 1º lugar na categoria Qualidade da Gestão e conquistou o 3º lugar na categoria Gestão e Inovação do prêmio Abradee 2024.

Prêmio FNQ - A Neoenergia Elektro foi reconhecida na categoria prata do Prêmio Melhores em Gestão (ciclo 2024) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

Great Place to Work (GPTW) – A Neoenergia Elektro conquistou a primeira posição na categoria Grande Empresa do Interior de São Paulo do prêmio GPTW, que é conhecido globalmente pela avaliação do nível de satisfação dos empregados. Na edição de 2024, 5 mil companhias participaram da pesquisa.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 737.948,00, dos quais R\$ 630.248,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 107.700,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão da tradução dos demonstrativos para inglês, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, adicionamos as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado no site da companhia (www.neoenergia.com), e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Elektro apresenta os resultados do 4T24 e 2024 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras Intermediárias (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	4T24	4T23	2024	2023	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	2.447	2.307	9.328	8.703	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(106)	(46)	(277)	(196)	Nota 3
(-) Outras receitas	(52)	(46)	(212)	(186)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	1	1	5	4	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	2.290	2.216	8.844	8.325	
(+) Custos com energia elétrica	(1.277)	(1.224)	(4.947)	(4.588)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(325)	(218)	(1.016)	(869)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.602)	(1.442)	(5.963)	(5.457)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	106	46	277	196	Nota 3
= MARGEM BRUTA	794	820	3.158	3.064	
(+) Custos de operação	(225)	(208)	(863)	(772)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(14)	(17)	(60)	(62)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(83)	(75)	(301)	(312)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	102	94	388	363	Nota 6
(+) Outras receitas	52	46	212	186	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(1)	(1)	(5)	(4)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMSO)	(169)	(161)	(629)	(601)	
(+) PECLD	(32)	(36)	(117)	(116)	Demonstrações de resultado
EBITDA	593	623	2.412	2.347	
(+) Depreciação e Amortização	(102)	(94)	(388)	(363)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(205)	(155)	(699)	(625)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(91)	(91)	(410)	(388)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	195	283	915	971	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ELEKTRO S.A. ("Neoenergia Elektro" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Elektro e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Elektro.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Elektro sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Elektro Redes S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Redes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Elektro Redes S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidos quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensurados de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) o exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para unitização, bem como a sua recuperabilidade; (d) o desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) o desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de acompanhamento e monitoramento das obras em andamento. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual das distribuidoras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins das “IFRS Accounting Standards”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	9.328	8.703
Custos		(6.826)	(6.229)
Custos com energia elétrica	4	(4.947)	(4.588)
Custos de construção	5	(1.016)	(869)
Custos de operação	6	(863)	(772)
Lucro bruto		2.502	2.474
Perdas de créditos esperadas	10.2	(117)	(116)
Despesas com vendas	6	(60)	(62)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(301)	(312)
Lucro operacional		2.024	1.984
Resultado financeiro	7	(699)	(625)
Receitas financeiras		179	166
Despesas financeiras		(829)	(720)
Outros resultados financeiros, líquidos		(49)	(71)
Lucro antes dos tributos		1.325	1.359
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(410)	(388)
Corrente		(299)	(295)
Diferido		(11)	(93)
Lucro líquido do exercício		915	971
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		4,49	4,77
Preferencial A		4,94	5,23
Preferencial B		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	2024	2023
Lucro líquido do exercício	915	971
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	51	(94)
Hedge de fluxo de caixa	2	(1)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(18)	32
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	35	(63)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(10)	17
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	3	(5)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(7)	12
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	28	(51)
Resultado abrangente do exercício	943	920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	915	971
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	393	368
Baixa de ativos não circulantes	45	30
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	410	388
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	699	625
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(277)	(196)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	-	(253)
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	(18)	78
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(2)	16
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	219	57
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(150)	(68)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	3	(22)
Outros ativos e passivos, líquidos	33	(65)
Caixa gerado nas operações	2.270	1.929
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(520)	(424)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos (nota 15.3 (b))	(51)	(18)
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	96	82
Juros pagos - Arrendamentos	(5)	(4)
Tributos sobre o lucro pagos	(208)	(263)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.582	1.302
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(1.041)	(890)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(90)	(85)
Resgate de títulos e valores mobiliários	93	89
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.038)	(886)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	2.300	1.000
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(15)	(9)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(914)	(579)
Obrigações especiais	39	37
Pagamento de principal - Arrendamentos	(14)	(13)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3 (b))	121	-
Remuneração paga aos acionistas (nota 19.2 (b))	(1.973)	(722)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(456)	(286)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	88	130
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	657	527
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	745	657
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	14	10
Arrendamentos capitalizados	37	14
Adição e atualização de provisões capitalizadas	7	12
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	11	22

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	745	657
Contas a receber de clientes e outros	10	2.256	2.154
Títulos e valores mobiliários		20	21
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	128	87
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	4	2
Outros tributos a recuperar	8.2.1	63	57
Outros ativos circulantes		178	155
Total do circulante		3.394	3.133
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	33	48
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	102	88
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	5	4
Outros tributos a recuperar	8.2.1	88	86
Depósitos judiciais	16.1 (c)	35	42
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	6.304	5.308
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	627	583
Outros ativos não circulantes		41	40
Direito de uso		43	22
Intangível	13	1.339	1.508
Total do não circulante		8.617	7.729
Total do ativo		12.011	10.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	14	814	835
Empréstimos e financiamentos	15.2	1.362	914
Passivo de arrendamento		14	9
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	7	15
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	152	139
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	36	1
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	586	166
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	239	317
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	18	77
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	36	28
Outros passivos circulantes	17	272	127
Total do circulante		3.536	2.628
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15.2	5.905	4.591
Passivo de arrendamento		36	18
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	-	53
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	41	3
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	182	56
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	12	11
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	151	142
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	60	116
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	39	210
Outros passivos não circulantes	17	36	35
Total do não circulante		6.462	5.235
Patrimônio líquido		2.013	2.999
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.011	10.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	952	766	(80)	171	271	-	919	2.999
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	915	-	915
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(919)	(919)
Outros resultados abrangentes	-	-	28	-	-	-	-	28
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	(271)	(915)	176	(1.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	952	766	(52)	171	-	-	176	2.013

	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	952	766	(29)	171	771	-	234	2.865
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	971	-	971
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(234)	(234)
Outros resultados abrangentes	-	-	(51)	-	-	-	-	(51)
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	(500)	(971)	919	(552)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	952	766	(80)	171	271	-	919	2.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	2024	2023
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	13.965	13.096
Outras receitas (*)	94	86
Perdas de créditos esperadas	(117)	(116)
Subtotal	13.942	13.066
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos (*)	(5.443)	(5.049)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (*)	(1.207)	(1.216)
Baixa de ativos não circulantes, líquidos	(45)	(60)
Subtotal	(6.695)	(6.325)
Valor adicionado bruto	7.247	6.741
Depreciação e amortização (*)	(393)	(368)
Valor adicionado líquido produzido	6.854	6.373
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	634	578
Subtotal	634	578
Valor adicionado total a distribuir	7.488	6.951
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	404	195
Benefícios	153	156
FGTS	26	23
Subtotal	583	374
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.693	2.672
Estaduais	1.952	1.733
Municipais	11	10
Subtotal	4.656	4.415
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.332	1.191
Aluguéis (*)	2	-
Subtotal	1.334	1.191
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	100	192
Dividendos	815	779
Subtotal	915	971
Valor adicionado distribuído	7.488	6.951

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS;

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Redes S.A. – Neoenergia Elektro (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 187/98, com vencimento em 2028.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, desde 2002.

1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do grupo.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000. Bem como, boas práticas e/ou premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de Energia, como as regulamentações vigentes na ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do acionista controlador e sua política global de riscos

1.1.1. Gestão de Riscos financeiros e Mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

(ii) Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

(iii) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa é alocado em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 142 (positivo R\$ 504 em 31 de dezembro de 2023). A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, o acionista controlador se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

Em 31 de dezembro 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A	-
Bank of America ⁽¹⁾	A1	A-	AA-
BNDES	AAA	AAA	-
BNP Paribas	-	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	A+	BBB+
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	AAA	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	-	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Votorantim	AA+	AAA	AAA

(1) Bank of America - BofA possui *rating* somente em escala global.

1.1.2 Gestão de Riscos Operacionais

(a) Risco regulatório

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Os dados econômicos e financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória para apuração dos indicadores referentes ao ano de 2024 somente estarão disponíveis a partir de abril de 2025. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores.

Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FECI - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8631/1993.

Base Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *Commodities* (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresaria - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

(b) Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 507
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 44
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1.469
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	R\$ 1
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 2
Transporte - Óleo	23/08/2024 a 23/08/2025	R\$ 150
Cibersegurança	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 28

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
15.3	Instrumentos financeiros derivativos
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ('Reverse factoring'), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia (nota 3.1)	5.599	5.145
Disponibilidade da rede elétrica (1)	7.093	6.592
Construção de infraestrutura da concessão	1.016	869
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	96	104
Valor de reposição estimado da concessão (2)	277	196
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	(328)	4
Outras receitas (nota 3.3)	212	186
Receita operacional bruta	13.965	13.096
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(4.637)	(4.393)
Receita operacional, líquida	9.328	8.703

- (1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 4.670 (R\$ 4.416 em 31 de dezembro de 2023) e livres R\$ 2.423 (R\$ 2.176 em 31 de dezembro de 2023); e
- (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Revisão Tarifária Periódica – RTP 2024

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 27 de agosto de 2024, a Revisão Tarifária Periódica da Companhia, com vigência a partir de 27 de agosto de 2024, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.377/2024. A revisão tarifária da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de -5,64%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em -5,72%, enquanto para os da baixa tensão, ficou em -5,60%.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	2024	2023	2024	2023
Residencial	5.564	5.276	5.008	4.462
Comercial	1.975	2.052	2.092	2.041
Industrial	714	960	562	653
Rural	865	812	636	545
Poder público	413	364	387	316
Iluminação pública	452	464	266	250
Serviços públicos	351	431	402	422
Consumo próprio	9	8	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(97)	92
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(4.623)	(4.416)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	966	780
Total	10.343	10.367	5.599	5.145

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 27 de agosto de 2024, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.253/2023; e
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 95 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 713 (R\$ 622 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 112 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 46 (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2024	2023
CVA e neutralidade		
Energia (1)	320	(377)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	13	48
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (3)	(50)	(247)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	(94)	34
Neutralidade de encargos setoriais (5)	(88)	(38)
PROINFA	8	(63)
	109	(643)
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (6)	(255)	96
Risco hidrológico (7)	6	62
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (8)	(117)	16
Diferimento de reajuste (9)	(65)	123
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (10)	6	242
Crédito consumidor reversão para modicidade	1	1
Modicidade Eletrobras (11)	(6)	110
MMGD s/ Perdas Não Técnicas	6	-
Outros	(13)	(3)
	(437)	647
Total	(328)	4

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2023 e 2024;
- (2) CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2023 e 2024;
- (3) CVA passiva, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2024, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito de ressarcimento na tarifa;
- (4) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº3.349/2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, que estabeleceu os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2024;
- (5) CVA passiva referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4 do PRORET, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados do reajuste tarifário de 2024;
- (6) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido um valor menor entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (7) CVA ativa referente ao Componente Financeiro estabelecido pela ANEEL através do PRORET, como previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas;
- (8) Constituição passiva referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 do PRORET;

- (9) Recomposição de recurso oriundo da Conta de Comercialização de Itaipu como redutor no reajuste tarifário de 27 de agosto de 2022, de acordo com Artigo 16 do Decreto nº 11.027/2022, sendo revertido na tarifa pela concessionária no reajuste tarifário de 27 de Agosto de 2024;
- (10) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil – RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, R\$ (347) a título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária no período de janeiro até dezembro de 2024, o valor ativo de R\$ 6 em contrapartida da redução da receita do período; e
- (11) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.239/2024, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário de 2024, sendo contabilizado pela Companhia o passivo de R\$ 6 em 31 de dezembro de 2024.

3.3 Outras receitas

	2024	2023
Arrendamentos e aluguéis	183	168
Comissão serviços de terceiros	4	4
Renda da prestação de serviços	17	-
Serviço taxado	3	3
Taxa de iluminação pública	-	8
(-) Compensações regulatórias (1)	-	(1)
Outras receitas	5	4
Total	212	186

(1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação/devolução em dobro em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços, e cobrança ou suspensão indevida.

3.4 Deduções de receita bruta

	2024	2023
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(1.952)	(1.733)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(961)	(929)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1)	(1)
	(2.914)	(2.663)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.548)	(1.552)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(39)	(38)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(84)	(91)
Outros encargos (1)	(52)	(49)
	(1.723)	(1.730)
Total	(4.638)	(4.393)

- (1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE.

3.5 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica.

As subvenções são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que o objeto da subvenção seja reconhecido no resultado do exercício, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. Dessa forma, a margem de obrigação de desempenho é 0% (zero por cento).

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* (GSF) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2024	2023	2024	2023
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	8.111	8.388	(1.840)	(1.676)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(322)	(198)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	20	-	5	35
Contratos por cotas de garantia física (4)	2.212	2.521	(388)	(400)
Energia Itaipu (5)	2.347	2.407	(535)	(523)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	463	461	(160)	(156)
Energia MMGD (nota 17)	-	-	(69)	-
Outros	229	240	(104)	(119)
Subtotal	13.382	14.017	(3.413)	(3.037)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	299	276
Total	13.382	14.017	(3.114)	(2.761)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(1.514)	(1.486)
Encargos de transporte			(86)	(88)
Encargos de conexão			(100)	(99)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (6)			(49)	(37)
Encargo de Energia de Reserva - EER (7)			(239)	(261)
Outros encargos			(42)	(41)
Subtotal			(2.030)	(2.012)
Créditos de PIS e COFINS			197	185
Total			(1.833)	(1.827)
Total dos custos com energia elétrica			(4.947)	(4.588)

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) O aumento do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do menor volume de cessão de MCSD EN (o mecanismo atua como redução de despesa) e dos reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de 27 de agosto de 2024;
- (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do SE de 2024 (127,86 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2023 (72,36 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual);
- (3) A variação é decorrente da compra de energia no MCP (*Déficit*) e ajustes financeiros de recontabilizações de meses anteriores;
- (4) Redução decorrente da descotização da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021 e redução no Fator de Cotas de 2024 (REH nº 2.996, 14 de dezembro de 2021);
- (5) Redução da demanda (REH ANEEL 3.296, de 12.12.2023) e da Tarifa US\$/kW (REH ANEEL 3.303/2023, de 19.12.2023);
- (6) Aumento do custo com ESS Brasil decorrente de restrições operativas que ocasionaram o aumento do despacho térmico para atendimento da elevação da carga influenciada pelos picos de temperatura e atendimento no horário de ponta; e
- (7) Redução no custo de Encargo de Energia de Reserva em função do término de vigência de leilões de energia de reserva e do aumento do PLD em 2024, se comparado a 2023.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal	(168)	(155)
Material	(500)	(451)
Serviços de terceiros	(222)	(204)
Juros sobre obras em andamento	(13)	(10)
Outros	(113)	(49)
Total	(1.016)	(869)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024		
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(338)	(12)	(112)
Administradores	-	-	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(103)	(47)	(87)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(339)	-	(49)
Provisão para processos judiciais	-	-	(34)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(10)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(83)	(1)	(5)
Total	(863)	(60)	(301)

	2023			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(302)	(13)	(124)	(439)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(76)	(48)	(89)	(213)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(313)	-	(50)	(363)
Provisão para processos judiciais	-	-	(22)	(22)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(9)	(9)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(81)	(1)	(14)	(96)
Total	(772)	(62)	(312)	(1.146)

6.1 Pessoal e benefícios a empregados

	2024	2023
Remunerações	(259)	(246)
Encargos sociais	(95)	(83)
Auxílio alimentação	(70)	(70)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(36)	(36)
Rescisões	(9)	(9)
Provisão para férias e 13º salário	(62)	(58)
Plano de saúde	(56)	(59)
Participação nos resultados	(65)	(51)
(-) Transferências para ordens (2)	195	180
Outros	(5)	(7)
Total	(462)	(439)

- (1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios;
(2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros

	2024	2023
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(9)	(7)
Agente arrecadador e credenciado	(16)	(18)
Corte, ligação e religação	(19)	(22)
Atendimento e teleatendimento	(54)	(42)
Serviços técnicos e manutenções	(3)	(16)
Poda de árvore e limpeza faixa	(22)	(12)
Cobrança adm. e negativação	(9)	(7)
Tecnologia da informação	(42)	(29)
Serviços jurídicos	(9)	(11)
Consultoria e auditoria	(1)	(1)
Comunicação	(20)	(20)
Encerramento de ordem – Custo serviço prestado	(9)	(3)
Vigilância	(14)	(15)
Outros serviços	(10)	(10)
Total	(237)	(213)

6.3 Depreciação e amortização

	2024	2023
Quota de depreciação e amortização	(391)	(358)
Baixa do valor residual de ativos intangíveis	(2)	(10)
Subtotal	(393)	(368)
(-) Crédito PIS/COFINS	5	5
Total	(388)	(363)

6.4 Outras receitas e despesas, líquidas

	2024	2023
Seguros	(4)	(5)
Doações e contribuições	(1)	(1)
Recuperação de despesa	8	9
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(1)	(2)
Despesas de viagem	(11)	(12)
Consumo próprio de energia elétrica	(9)	(8)
Propaganda e publicidade	(9)	(8)
Alimentação	(8)	(7)
Multa por inadimplência/ contratual	70	59
Perdas / alienação / desativação	(28)	(39)
Indenização danos elétricos	(8)	(7)
Eventos	-	(1)
Material	(70)	(68)
Arrendamento e Aluguéis	(2)	-
Custas processuais	(6)	(4)
Outros	(10)	(2)
Total	(89)	(96)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	96	82
(-) Tributos sobre receita financeira	(14)	(12)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	87	87
Atualização de depósitos judiciais	1	2
Outras receitas financeiras	9	7
	179	166
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (2)	(658)	(558)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(9)	(10)
Atualização do passivo financeiro setorial (1)	(30)	(33)
Atualização de provisões para processos judiciais	(22)	(21)
Outras despesas financeiras	(110)	(98)
	(829)	(720)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	(324)	(144)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	81	214
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (3)	(164)	(325)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (3)	358	181
Perdas com variações cambiais e monetárias	(2)	(2)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	2	5
	(49)	(71)
Resultado financeiro, líquido	(699)	(625)

- (1) Refere-se, principalmente, a remuneração dos itens da CVA de ENERGIA e CVA de ESS, com base nos saldos homologados pela ANEEL nos processos tarifários de 2023 e 2024;
- (2) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo aumento do volume da dívida; e
- (3) Aumento cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve redução cambial, gerando despesa nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente receita nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.325	1.359
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(451)	(462)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	34	65
Incentivos fiscais (1)	9	9
Multas indedutíveis	-	(1)
Outras adições (reversões) permanentes	(2)	1
Tributos sobre o lucro	(410)	(388)
Alíquota efetiva	30,94%	28,55%
Corrente	(299)	(295)
Diferido	(11)	(93)

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	168	214
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	27	43
Provisão para processos judiciais	54	53
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	90	84
Arrendamentos capitalizados	3	2
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	27	4
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(559)	(467)
Outros	8	11
Total passivo não circulante	(182)	(56)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(56)
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(111)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	(15)
Transferências entre ativos e passivos	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(182)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(93)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	27	-
Transferências entre ativos e passivos	56	(56)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(56)

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar / recolher

	2024	2023
IRPJ	7	5
CSLL	2	1
Total ativo não circulante	9	6

	2024	2023
IRPJ	22	-
CSLL	14	1
Total passivo circulante	36	1

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 1.234 (R\$ 904 em 31 de dezembro de 2023), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.190 (R\$ 863 em 31 de dezembro de 2023). Em 02 de julho de 2024, a Companhia recepcionou o Auto de Infração nº 17459-720019/2024-76, lavrado pela Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 328 em 31 de dezembro de 2024, relativo a amortizações de ágio, ocorridas no exercício de 2019 e 2020; e
- (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 2 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2023).

8.1.5 Benefício fiscal – Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	214	262
Amortização	(46)	(48)
Saldo final do exercício	168	214

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

2025	2026	2027	2028
46	46	46	46

8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2 Outros tributos

8.2.1 Outros tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	140	132
Programa de Integração Social - PIS	2	2
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	9	9
Total	151	143
Circulante	63	57
Não circulante	88	86

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	156	165
Programa de Integração Social - PIS	7	8
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	34	35
Impostos e contribuições retidos na fonte	6	5
Outros	5	16
Outros tributos a recolher	208	229
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	23	25
Programa de Eficiência Energética - PEE	42	68
Outros (1)	7	(2)
Encargos setoriais	72	91
Total	280	320
Circulante	239	317
Não circulante	41	3

- (1) Até julho de 2023, a Companhia realizou o recolhimento de Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) utilizando os percentuais de 0,3% e 0,15%, respectivamente, considerando o veto da Lei nº 14.514/2022, sobre o inciso I, do art. 1º, da Lei nº 9.991, de 24/07/2000. Em dezembro de 2023, após publicação do Ofício Circular ANEEL nº 0005/2023, foi realizado ajuste retroativo do cálculo, considerando os percentuais de 0,2% e 0,1%.

8.3 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	11	70
Atualização monetária	1	1
Compensação	-	(60)
Saldo final do exercício	12	11
Não circulante	12	11

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	69	74
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	115	341
Fundos de Investimento	561	242
Total	745	657

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,91% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2024	2023
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	561	242
Total	561	242

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024			2023		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	1.323	(244)	1.079	1.364	(247)	1.117
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	64	-	64	32	-	32
Disponibilidade da rede elétrica	998	-	998	938	-	938
Subvenções e subsídios governamentais	119	-	119	115	-	115
Outros recebíveis	48	(19)	29	-	-	-
Total	2.552	(263)	2.289	2.449	(247)	2.202
Ativo circulante			2.256			2.154
Ativo não circulante			33			48

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	429	(77)	426	(90)
Comercial	170	(51)	127	(42)
Industrial	205	(99)	211	(102)
Rural	49	(8)	48	(7)
Poder público	60	(1)	44	(1)
Iluminação pública	21	-	21	-
Serviço público	55	-	56	-
Não faturado	334	(8)	431	(5)
Total	1.323	(244)	1.364	(247)

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	780	(30)	858	(26)
Saldos vencidos:	543	(214)	506	(221)
Entre 1 e 90 dias	213	(22)	220	(22)
Entre 91 e 180 dias	42	(22)	41	(21)
Entre 181 e 360 dias	76	(53)	70	(51)
Acima de 360 dias	212	(117)	175	(127)
Total	1.323	(244)	1.364	(247)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(247)	(210)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(117)	(116)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	101	79
Saldo final do exercício	(263)	(247)

10.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada baseada na experiência de perda de crédito histórica, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perda esperada que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento (regular e parcelado), por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral, à exceção dos grandes consumidores, com cobrança judicial, para os quais há uma análise individual que avalia as perdas de créditos esperadas, com base na efetividade de negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	2024			2023		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	158	(215)	(57)	137	(485)	(348)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	64	-	64	45	-	45
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (nota 3.2)	10	(59)	(49)	1	(1)	-
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST	135	(1)	134	210	-	210
Neutralidade de encargos setoriais (nota 3.2)	7	(121)	(114)	40	(58)	(18)
Outros	-	(10)	(10)	-	(15)	(15)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	102	(111)	(9)	246	-	246
Risco hidrológico	-	(275)	(275)	-	(269)	(269)
Recomposição energia Termope	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (nota 3.2)	84	(331)	(247)	7	(124)	(117)
Ressarcimento P&D	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reajuste (nota 3.2)	160	(153)	7	206	(231)	(25)
CDE Modicidade Eletrobras (nota 3.2)	-	(31)	(31)	-	(24)	(24)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS	-	-	-	-	(32)	(32)
MMGD s/ Perdas não Técnicas	6	-	6			
Outros	10	(54)	(44)	13	(42)	29
Total	736	(1.361)	(625)	905	(1.281)	(376)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	463	(755)	(292)	542	(581)	(39)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	273	(606)	(333)	363	(700)	(337)
Total	736	(1.361)	(625)	905	(1.281)	(376)
Passivo circulante			(586)			(166)
Passivo não circulante			(39)			(210)

- (1) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou um passivo de R\$ 9, decorrente da redução da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	905	(1.281)	(376)
Constituição (1)	422	(833)	(411)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(737)	821	84
Atualização monetária	77	(107)	(30)
Transferências (3)	69	39	108
Saldos em 31 de dezembro de 2024	736	(1.361)	(625)
	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.124	(1.410)	(286)
Constituição (1)	823	(733)	90
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(587)	501	(86)
Atualização monetária	124	(157)	(33)
Transferências (3)	(579)	518	(61)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	905	(1.281)	(376)

- (1) Em 2024, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$(411), com destaque para CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário.
- (2) Em 2024, a Companhia amortizou o montante de R\$ 84, decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2023 e 2024.
- (3) O efeito líquido, refere-se, principalmente, às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

A parte da energia injetada mensalmente na rede de distribuição por consumidores detentores de microgeração ou minigeração distribuída e que excede a quantidade necessária para abater o consumo naquele período equivale a um crédito de energia, que é contabilizado como um passivo a restituir aos consumidores durante o prazo máximo de 60 meses, findo o qual o montante não compensado deverá ser revertido para a modicidade tarifária. O efeito da energia injetada na apuração das Perdas Não Técnicas (PNT) é calculado e contabilizado como um ativo regulatório. A diferença em relação ao montante contabilizado no passivo a restituir é contabilizada como custo de energia.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	5.308	4.407
Baixas	(28)	(22)
Reversão	-	6
Transferência ativo contratual (1)	747	721
Ajustes a valor justo (2)	277	196
Saldo final do exercício	6.304	5.308
Ativo não circulante	6.304	5.308

- (1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção; e
- (2) A Companhia realizou a remensuração dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente a legislação vigente pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 23 em 2024. Adicionalmente, o valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e pela adequação do Ativo Financeiro mediante Laudo ANEEL 5º Ciclo, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

12.2 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	583	714
Adições (1)	1.016	863
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(225)	(273)
Transferências - ativos financeiros (1)	(747)	(721)
Saldo final do exercício	627	583
Custo	741	685
Obrigações especiais	(114)	(102)

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipulados para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL; e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	5,06%
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.508
Baixas	(19)
Amortização	(375)
Transferências - ativo contratual (1)	225
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.339
Custo	4.378
Amortização acumulada	(2.921)
Obrigações especiais	(118)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.597
Baixas	(18)
Amortização	(344)
Transferências - ativo contratual (1)	273
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.508
Custo	4.247
Amortização acumulada	(2.592)
Obrigações especiais	(147)

(1) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2024	2023
Energia elétrica	417	449
Encargos de uso da rede	194	210
Materiais e serviços	203	176
Total do passivo circulante	814	835

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida Líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos bancários	920	829
Agências de fomento	1.762	1.843
Mercado de capitais	4.585	2.833
Empréstimos e financiamentos	7.267	5.505
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(223)	(107)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(745)	(657)
(-) Títulos e valores mobiliários	(20)	(21)
Dívida líquida	6.279	4.720

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2024	2023
Denominados em R\$	6.086	4.573
Indexados a taxas flutuantes	6.086	4.573
Denominados em US\$	1.218	719
Indexados a taxas flutuantes	119	125
Indexados a taxas fixas	1.099	594
Denominados em outras moedas	-	243
Indexados a taxas fixas	-	243
	7.304	5.535
(-) Custos de transação	(37)	(30)
	7.267	5.505
 Passivo circulante	 1.362	 914
Passivo não circulante	5.905	4.591

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2024	2023
Custo médio em % CDI (1)	102,8%	92,9%
Custo médio em taxa Pré (2)	11,2%	12,2%
Saldo da dívida	7.267	5.505
Instrumentos financeiros derivativos	(223)	(107)
Dívida total líquida de derivativos	7.044	5.398

- (1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses.
(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses dividido pelo saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxos de pagamentos futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2025	1.092	723	(92)	1.723
2026	927	934	(2)	1.859
2027	1.319	587	(207)	1.699
2028	701	467	-	1.168
2029	773	365	-	1.138
Entre 2030 e 2034	2.488	759	-	3.247
Entre 2035 e 2039	401	43	-	444
2040 em diante	47	1	-	48
Total	7.748	3.879	(301)	11.326

- (1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,52 anos (3,9 anos em 31 de dezembro de 2023).

Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	5.505	5.022
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	2.300	1.000
Amortizações de principal	(914)	(579)
Custo de captação	(15)	(9)
Pagamento de encargos de dívida	(520)	(424)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	668	565
Variação cambial	243	(70)
Saldo final do exercício	7.267	5.505

- (1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as operações captadas, no montante de R\$ 2.300, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento de 3 anos junto ao Santander; (ii) R\$ 200 via 12ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 5 anos; (iii) R\$ 1.200 via 13ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 10 anos; (iv) R\$ 500 via 14ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 8 anos; e (v) R\$ 200 com prazo de vencimento de 3 anos junto ao Santander. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as operações captadas, no montante de R\$ 1.000, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento de 2 anos junto ao Santander; e (ii) R\$ 800 com prazo de vencimento de 8 anos junto ao IFC – International Finance Corporation.

c) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2026	200
Linhas de crédito rotativas	R\$	30/12/2026	200
Linhas de crédito rotativas	R\$	21/12/2026	200
			600

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito, em 31 de dezembro de 2024, é de 0,49% a.a. (0,35% a.a. em 31 de dezembro de 2023) sobre o montante total.

d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 80% dos contratos de dívidas que contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição em 2024 (2)	Medição em 2023 (2)
Consolidado Neoenergia (3):			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,45	3,17
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,51	Não Aplicável
Companhia:			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	2,60	2,01
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	3,45	3,75

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;
- (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira e nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.; e
- (3) A Neoenergia S.A. é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

15.2.1 Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o índice de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 2,08% e 1,76%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.1.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2024	2023
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos)	-	(1)
Swap de moeda - US\$ vs R\$	222	73
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	-	36
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - produtos e serviços	1	(1)
Exposição líquida	223	107
Ativo circulante	128	87
Ativo não circulante	102	88
Passivo circulante	(7)	(15)
Passivo não circulante	-	(53)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	69	(31)
Contratados para proteção de outras operações	1	(1)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	153	139
	223	107

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2024			2023		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	108	(1)	107	217	-	217
Ganho (perda) reconhecido no resultado	194	-	194	(143)	(1)	(144)
Liquidação financeira entradas (saídas)	(70)	-	(70)	18	-	18
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(10)	2	(8)	16	-	16
Saldo final	222	1	223	108	(1)	107
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	194	-	194	(143)	(1)	(144)

15.3.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidos no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	68	89	13	170
Adições e reversões, líquidas	34	9	1	44
Pagamentos	(37)	(21)	-	(58)
Atualizações monetárias	22	8	1	31
Saldo em 31 de dezembro de 2024	87	85	15	187
Circulante				36
Não circulante				151

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	77	83	12	172
Adições e reversões, líquidas	15	7	-	22
Pagamentos	(35)	(12)	-	(47)
Atualizações monetárias	11	11	1	23
Saldo em 31 de dezembro de 2023	68	89	13	170
Circulante				28
Não circulante				142

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de desembolso futuro provável, destacamos:

(1) Processos cíveis: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, envolvendo também questionamentos diversos de clientes atinentes ao fornecimento de energia, entre outros, perfazendo o valor provisionado de R\$ 58 (R\$ 54 em 31 de dezembro de 2023).

(2) Processos trabalhistas: Do total reconhecido, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor provisionado é de R\$ 75 (R\$ 78 em 31 de dezembro de 2023); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 9 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2023).

(3) Processos fiscais: Do total reconhecido, destacam-se:

- Execução fiscal decorrente de auto de infração relativo a crédito de ICMS supostamente indevido no período compreendido entre janeiro de 2004 a novembro de 2007, que se encontra pendente de decisão nos Tribunais Superiores. Em setembro de 2021, a Fazenda do Estado de São Paulo efetuou a correção da Certidão de Dívida Ativa para adequar o valor envolvido às decisões proferidas de forma favorável à Companhia até o momento, culminando na redução de R\$ 16 para R\$ 13, os quais encontram-se atualmente provisionados.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis (1)	831	680
Processos trabalhistas (2)	93	103
Processos fiscais (3)	1.772	1.358
Total	2.696	2.141

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado possível, destacamos:

- (1) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir:
- Ações versando sobre eventual legitimidade da cobrança pela instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica em faixas de domínio das rodovias. Como o tema ainda não está pacificado nos Tribunais, os assessores jurídicos da Companhia mantêm o prognóstico de perda como possível. O montante estimado perfaz o total de R\$ 604 (R\$ 539 em 31 de dezembro de 2023).

- (2) Processos trabalhistas: Referem-se a diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, benefícios diversos, ajustes salariais, verbas rescisórias e reflexos. Do total de R\$ 93 (R\$ 103 em 31 de dezembro de 2023) provisionados, destacam-se:
- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor estimado é de R\$ 57 (R\$ 75 em 31 de dezembro de 2023); e
 - Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 36 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2023).
- (3) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir:
- Autos de infração relativos a crédito de ICMS cuja escrituração no "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras previstas na legislação tributária, estimados em R\$ 612 (R\$ 569 em 31 de dezembro de 2023);
 - Autos de infração relativos a crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 200 (R\$ 197 em 31 de dezembro de 2023);
 - Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 109 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2023); e
 - Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos à refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 274 (R\$ 256 em 31 de dezembro de 2023).

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após o ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	9	9
Processos trabalhistas	15	20
Processos fiscais	4	5
Outros processos	7	8
Total	35	42

16.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2024	2023
Caução em garantia (1)	45	44
Devoluções a consumidores (2)	77	29
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	16	20
Repasse a terceiros	-	5
Bônus estratégico	14	10
Fundo educacional	5	6
Outras provisões	25	26
Entidades seguradoras	2	3
Encargos financeiros	-	4
Devolução MMGD (3)	69	-
Outros	55	15
Total	308	162
Circulante	272	127
Não circulante	36	35

- (1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

- (2) Refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados as classes residenciais e rurais que será pago de acordo com os meses de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350 kWh, conforme a REH ANEEL nº 3.420/2024.
- (3) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Benefício Definido”); e (ii) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Contribuição Definida”).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Obrigações trabalhistas e PLR	141	133
Benefícios pós-emprego	71	122
Total	212	255
Passivo circulante	152	139
Passivo não circulante	60	116

18.1 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefícios estão abertos para novas adesões.

O plano estruturado na modalidade de contribuição definida não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual).

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia (“Curadores”). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2024			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Vivest - PSAP/Elektro	3.040	1.804	Aberto	Deficitário
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano CD Néos	1.198	-	Aberto	N/A
Total	4.238	1.804		

Conforme exposto acima, em 31 de dezembro de 2024, o passivo atuarial da Companhia passou a incluir um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial do plano, informados abaixo. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo mesmo índice inflacionário aplicado no respectivo mês para atualização do plano, acrescido da taxa de juros anual utilizada na última avaliação atuarial realizada para definição do valor a ser equacionado, com amortização mensal. Anualmente o Valor Principal da Dívida poderá ser revisto em decorrência de eventual Equilíbrio Técnico Ajustado (o “ETA”) positivo apurado nas reavaliações atuariais.

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios definido			
Vivest – PSAP/Elektro	71	-	Maior/2039
Total	71	-	

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.956)	1.834	-	(122)
Efeitos dos juros	(162)	158	(4)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	8	-	8
Benefícios pagos pelo plano	137	(137)	-	-
Redimensionamento	416	(9)	(356)	51
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.569)	1.858	(360)	(71)
Planos deficitários	(1.569)	1.858	(360)	(71)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.833)	1.813	-	(20)
Custo do serviço	(2)	-	-	(2)
Efeitos dos juros	(167)	157	-	(10)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	4	-	4
Benefícios pagos pelo plano	147	(147)	-	-
Redimensionamento	(97)	(3)	-	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.956)	1.834	-	(122)
Planos deficitários	(1.956)	1.834	-	(122)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Benefício definido	
	2024	2023
Custo do serviço	4	2
Despesa com juros de passivos	(166)	(167)
Receita com juros de ativos	158	157
Total	(4)	(8)
Alocação dos custos do serviço:		
Resultado do exercício	4	2

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	Benefício definido	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(68)	(6)
Redimensionamento:		
Mudança nas premissas	416	(97)
Efeito do teto de ativos/ passivo oneroso	(356)	-
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(9)	3
Efeito bruto	51	(94)
Tributos sobre o lucro	(18)	32
Efeito líquido em outros resultados abrangente	33	(62)
Saldo no final do exercício	(35)	(68)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Benefício definido	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais	(1.569)	(1.956)
Valor justo dos ativos	1.858	1.834
Efeito do limite do ativo (teto)	(360)	-
Total passivo líquido	(71)	(122)
Passivo circulante	(11)	(6)
Passivo não circulante	(60)	(116)

e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Ativos dos planos por categoria

	2024			2023		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Investimentos imobiliários	-	54	54	-	49	49
Outros	-	29	29	-	34	34
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – ações/ quotas	189	-	189	193	-	193
Fundo de investimento – multimercado	1.567	-	1.567	1.547	-	1.547
Fundo de investimento – renda fixa	1	-	1	1	-	1
Fundo de investimento – imobiliário	18	-	18	10	-	10
Total	1.775	83	1.858	1.751	83	1.834

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Benefício definido
	2024
2025	144
2026	143
2027	142
2028	141
2029	140
Entre 2030 e 2034	688
Entre 2035 e 2039	649
2040 em diante	1.976
Total	4.023

Para fins de capitalização do plano de benefícios definidos, a Companhia espera desembolsar R\$ 9 no exercício de 2025.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	Benefício definido	
	2024	2023
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.639	2.065
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,41%	5,49%
Impacto no duration da obrigação atuarial	9,63	11,41
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.506	1.859
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(4,08)%	(5,01)%
Impacto no duration da obrigação atuarial	9,03	10,65

Em 03 de dezembro de 2024 houve a aprovação pelo órgão regulador (PREVIC) do processo de transferência de gerenciamento do Plano PSAP/Elektro da Vivest para a Néos. O plano PSAP/Elektro administrado pela Vivest passará a ser administrado pela Néos a partir da data efetiva de transferência, prevista para ocorrer em 31/12/2025, sem qualquer tipo de interrupção ou prejuízo para os seus participantes.

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Benefício definido	
	2024	2023
Taxa média nominal de desconto	11,30%	8,62%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	4,10%	4,42%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%
Duration (em anos)	9,32	11,02

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC).

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

18.1.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado.

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 2.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 952 (R\$ 952 em 31 de dezembro de 2023).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$					Total	
	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	91.855.825	451	101.279.596	498	193.135.421	949
Outros	25.147	-	598.697	3	623.844	3
Total	91.880.972	451	101.878.293	501	193.759.265	952

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, no caso de existir lucro a distribuir, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2024	2023
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	412	438
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	503	533
Total	915	971

Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	91.880.972	91.880.972
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	101.878.293	101.878.293
Total	193.759.265	193.759.265

Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	4,49	4,77
Ação preferencial A (R\$)	4,94	5,23

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no Estatuto Social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	915	971
Lucro líquido ajustado	915	971
Reserva de retenção de lucros	-	500
Remuneração a distribuir	915	1.471
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	229	243
Remunerações intermediárias	510	309
Dividendos adicionais propostos	176	919
	915	1.471
Natureza da remuneração		
Dividendos	814	1.279
JCP	101	192
	915	1.471
Remuneração total por ação	4,72	7,59

A Administração propôs ao Conselho de Administração a destinação referente ao exercício de 2024 no montante bruto de R\$ 915, dos quais R\$ 176 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, este montante permanece reconhecido no patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos referentes a destinação do lucro de 2024.

O Conselho de Administração propôs aos acionistas a destinação referente ao exercício de 2023, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em abril de 2024, no montante de R\$ 919, na forma de dividendos adicionais propostos, pagos em maio de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 20 de março de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício 2024, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 32 (R\$ 38 menos R\$ 6 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pagos em agosto de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 24 de abril de 2024, a distribuição de dividendos, a partir da reserva de lucros de exercícios anteriores, no montante de R\$ 271, pagos em agosto de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 20 de junho de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício 2024, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 19 (R\$ 22 menos R\$ 3 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pagos em agosto de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 22 de julho de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício 2024, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 430, na forma de dividendos intermediários, pagos em agosto de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 25 de setembro de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício 2024, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 16 (R\$ 19 menos R\$ 3 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pagos em dezembro de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 21 de outubro de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício 2024, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 209, na forma de dividendos intermediários, pagos em dezembro de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 18 de dezembro de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício 2024, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 18 (R\$ 21 menos R\$ 3 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2025.

Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação 2024	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação	
			ON	PNA
RCA de 20 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	38	0,1852000	0,2037200
AGOE de 12 de abril de 2024	Dividendos - 2023	419	2,0557559	2,2613315
AGOE de 12 de abril de 2024	Dividendos relativos à reserva de lucros de exercícios anteriores	500	2,4516162	2,6967778
RCA de 24 de abril de 2024	Dividendos a partir da reserva de lucros de exercícios anteriores	270	1,3257141	1,4582855
RCA de 20 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	23	0,1110925	0,1222018
RCA de 22 de julho de 2024	Dividendos intermediários	430	2,1083899	2,3192289
RCA de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio	19	0,0952012	0,1047213
RCA de 21 de outubro de 2024	Dividendos intermediários	209	1,0247756	1,1272531
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	21	0,1024285	0,1126714
		1.929		
2023				
AGOE de 24 de abril de 2023	Dividendos - 2022	234	1,1490256	1,2639282
RCA de 28 de junho de 2023	Juros sobre capital próprio	102	0,4988843	0,5487727
RCA de 26 de julho de 2023	Dividendos intermediários	360	1,7651637	1,9416800
RCA de 13 de dezembro de 2023	Juros sobre capital próprio	90	0,4418450	0,4860295
		786		

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	77	42
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados do exercício	740	552
Declarados de exercícios anteriores	1.189	234
Imposto de Renda Retido na Fonte	(15)	(29)
Pagos no exercício	(1.973)	(722)
Saldo final do exercício	18	77

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece, em 31 de dezembro de 2024, em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados no montante de R\$ 33 (R\$ (62) em 31 de dezembro de 2023); e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ (5) (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2023).

19.4 Reserva de Capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 690 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Remuneração de incentivo fiscal

Reserva no montante de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

c) Outras reservas de capital

Reserva no montante de R\$ 74 em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

19.5 Reserva de Lucros

a) Reserva legal

Constitui exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Lei nº 6.404/1.976, § 1º, artigo 182, estabelece que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício, se a reserva legal somada à reserva de capital, exceder o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 171.

b) Reserva de retenção de lucro

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 0 (R\$ 271 em 31 de dezembro de 2023).

19.6 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Ativo			
Outros ativos (c)/(d)	-	33	-
	-	33	-
Passivo			
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio (a)	7	-	24
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	18	-
Outros passivos (d)	(2)	-	-
	5	18	24

	2023		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Ativo			
Outros ativos (c)/(d)	-	19	-
	-	19	-
Passivo			
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio (a)	6	-	25
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	77	-
Outros passivos (d)	(3)	-	-
	3	77	25

20.2 Transações com partes relacionadas

	2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Resultado do exercício			
Receita operacional líquida (a)	3	-	-
Custos dos serviços (a)	(56)	-	(210)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	17	(1)	(3)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(62)	-
	(36)	(63)	(213)

	2023		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Resultado do exercício			
Receita operacional líquida (a)	3	-	-
Custos dos serviços (a)	(51)	-	(193)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	40	(1)	(7)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(46)	-
	(8)	(47)	(200)

20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
d	Neoenergia Distribuição de Brasília	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	-	2	-	5
d	Neoenergia Pernambuco	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	-	2	1	5
a	Ceu Azul	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2042	(1)	(6)	(1)	(6)
d	Neoenergia Coelba	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	1	10	2	21
a	Neoserv	Bônus solar	IPCA	1 ano	2025	-	(1)	(1)	(4)
a	Energética Águas da Pedra, S.A. (EAPSA)	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2040	(2)	(20)	(2)	(7)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Controladora

						2024		2023	
Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
c	Neoenergia, S.A.	Contrato de FEE por Aval	N/A	2 anos	2026	33	(62)	19	(46)
e	Neoenergia, S.A.	Pagamento de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(18)	-	(76)	-

Acionistas e outros

						2024		2023	
Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2044	(23)	(201)	(25)	(193)
b	Funcesp	Previdência Privada	N/A	N/A	Indeterminado	-	(2)	-	(5)
a	Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A.	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	20 anos	2044	-	(4)	-	(4)

20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2024	2023
Salários e benefícios recorrentes	3	2
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	-	1
Total	4	4

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como seguem:

	2024			2023		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	184	-	561	415	-	242
Títulos e valores mobiliários	-	-	20	2	-	19
Contas a receber de clientes e outros	2.552	-	-	2.449	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	77	153	-	36	139
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	6.304	-	-	5.308
Outros ativos	58	-	-	53	-	-
Total	2.794	77	7.038	2.919	36	5.708
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	814	-	-	835	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.968	-	299	5.152	-	353
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	625	-	-	376	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	7	-	-	68	-
Passivo de arrendamento	50	-	-	27	-	-
Outros passivos	130	-	5	70	-	10
Total	8.587	7	304	6.460	68	363

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2024			2023		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	561	-	561	242	-	242
Títulos e valores mobiliários	20	-	20	19	-	19
Instrumentos financeiros derivativos	230	-	230	175	-	175
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	6.304	6.304	-	5.308	5.308
	811	6.304	7.115	436	5.308	5.744
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	299	-	299	353	-	353
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	7	68	-	68
Outros passivos	5	-	5	10	-	10
	311	-	311	431	-	431

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2024 e 2023, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 171 e R\$ 150, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024			2023		
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	6.968	-	7.113	5.152	-	5.150

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo Amortizado (CA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 19	US\$ 26	2027	119	125
Passivo	R\$ 62	R\$ 84		(60)	(81)
Líquido				59	44

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 30	US\$ 49	2025-2027	180	228
Passivo	R\$ 87	R\$ 136		(86)	(133)
Líquido				94	95

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 149	US\$ 75	2025-2027	906	360
Passivo	R\$ 823	R\$ 417		(838)	(426)
Líquido				68	(66)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	-	-	2024	-	240
Passivo	-	-		-	(204)
Líquido				-	36

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Desembolso USD					
Termo	US\$ 1	US\$ 1	2025-2027	1	(1)
Líquido				1	(1)

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Desembolso EUR					
Termo	€ 1	€ 2	2025	1	(1)
Líquido				1	(1)

21.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	6,1923	(1.218)	(1.236)	(185)	(371)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)			1.205	1.222	183	367
Exposição Líquida				(13)	(14)	(2)	(4)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	6,1923	(5) 5	1 (1)	1 (1)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	6,4363	(8) 8	1 (1)	2 (2)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	696	85	(13)	(25)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	12,15%	(4.258)	(664)	(100)	(199)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(983)	(146)	(22)	(44)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(1.828)	(192)	(14)	(28)
Dívida em SOFR	SOFR	Alta da SOFR 6M	4,49%	(119)	(6)	(1)	(1)
Swaps SOFR x CDI (Ponta Ativa)	SOFR	Alta da SOFR 6M	4,49%	119	6	1	1

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (1)	Construção de Infraestrutura
2026	3.242	1.004
2027	3.498	1.097
2028	3.735	1.132
2029	3.955	1.169
2030	4.244	1.203
Entre 2031 e 2035	25.142	6.718

- (1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Teresa Lafuente González
Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Leonardo Pimenta Gadelha
Claudecir da Silva
Edison Antônio Costa Britto Garcia
Titulares
Luiz Carlos dos Santos
Suplente

DIRETORIA

Antonio Sergio Casanova
Diretor-Presidente
Renato de Almeida Rocha
Diretor Executivo de Controladoria,
Financeiro e de Relações com Investidores
Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor Executivo de Regulação

CONSELHO FISCAL

Francesco Gaudio
Presidente
Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Fabiano Romes Maciel
Ricardo Magalhães Gomes
Titulares
José Antonio Lamenza
Glaucia Janice Nitsche
Antonio Carlos Lopes
Nilo José Panazzolo
João Antônio de Oliveira Junior
Suplentes

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC: BA-017210 / O-1
CPF: 614.811.305-87

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da ELEKTRO REDES S.A., tendo examinado, em reunião realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Ana Teresa Lafuente González - Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado

Solange Maria Pinto Ribeiro

Leonardo Pimenta Gadelha

Claudecir da Silva

Edison Antônio Costa Britto Garcia

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **ELEKTRO REDES S.A**, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados.

Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da Neoenergia Elektro, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2024, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Francesco Gaudio

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Fabiano Romes Maciel

Ricardo Magalhães Gomes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da ELEKTRO REDES S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Ari Antenor de Souza, 321 - Jardim Nova América, Campinas/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.328.280/0001-97, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA ELEKTRO alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA ELEKTRO relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Campinas, 17 de fevereiro de 2025.

Antonio Sergio Casanova
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Executivo de Controladoria, Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor Executivo de Regulação